



CPQ BRASIL S.A.

CNPJ: 74.552.068/0001-10

RELATÓRIO DA DIRETORIA

De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresetamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. A administração permanece, como sempre, a disposição para quaisquer outros esclarecimentos necessários. São Paulo 27 de março de 2013. **A Administração.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2012	2011
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6(a))	1.843	2.800	Debêntures (Nota 13)	187	10.106
Aplicações financeiras (Nota 6(b))	5.530	2.207	Fornecedores	3.490	3.038
Aplicações financeiras restritas	1.090	2.181	Empréstimos (Nota 14)		21
Contas a receber de clientes (Nota 7)	6.184	5.746	Impostos e contribuições a recolher	929	795
Estoques (Nota 8)	3.127	2.944	Férias, encargos e bônus a funcionários (Nota 15)	2.639	2.380
Impostos a recuperar	767	587	Imposto de renda e contribuição social	103	122
Outras contas a receber	385	801	Receitas antecipadas (Nota 16)		438
	18.926	17.266	Outras contas a pagar	1.224	1.087
				8.572	17.987
Não circulante			Não Circulante		
Realizável a longo prazo			Debêntures (Nota 13)	71.012	20.833
Partes relacionadas (Nota 18)	3.641	3.359	Empréstimos (Nota 14)		5.250
Impostos a recuperar	89	118	Provisão para contingências (Nota 17)	152	191
Impostos diferidos (Nota 9)	21.542	13.231	Receitas antecipadas (Nota 16)	1.404	1.911
Outras contas a receber	280	581	Outras contas a pagar	121	120
	25.552	17.289		72.689	28.305
Imobilizado (Nota 11)	14.716	14.836	Total do passivo	81.261	46.292
Intangível (Nota 12)	5.555	5.962	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
	45.823	38.087	Capital social (Nota 19)	12.839	12.839
			Reserva de capital	20.000	20.000
			Prejuízos acumulados	(49.351)	(23.778)
			Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(16.512)	9.061
			Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	64.749	55.353
Total do ativo	64.749	55.353			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva especial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2010	5.679	27.160	944	5.489	(34.437)	4.835
Aumento de capital por incorporação de reservas (Nota 19)	7.160	(7.160)				
Lucro líquido do exercício					4.226	4.226
Absorção de prejuízos (Nota 19)			(944)	(5.489)	6.433	
Em 31 de dezembro de 2011	12.839	20.000			(23.778)	9.061
Incorporação de acervo líquido contábil (Nota 1)					(30.166)	(30.166)
Lucro líquido do exercício					4.593	4.593
Em 31 de dezembro de 2012	12.839	20.000			(49.351)	(16.512)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - A CPQ Brasil S.A. ("Companhia") é uma entidade com sede na cidade de Itupeva, São Paulo e tem por objetivo a indústria e o comércio de pães, massas, biscoitos, bolachas, doces e outros produtos de padaria, pastelaria, confeitaria e lanchonete, podendo, para tanto, fabricá-los, adquiri-los de terceiros ou recebê-los em consignação, bem como a administração de franquias empresariais incluindo fundo de propaganda, treinamento e seleção de mão de obra, indicação de fornecedores, locação e comodato de equipamentos e licenciamento temporário de uso de marca.

(a) Aquisição da Confeitaria Estrelas Novas Ltda. - Em 20 de agosto de 2010, por meio do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, a CPQ Brasil S.A. adquiriu a totalidade das quotas da empresa Confeitaria Estrelas Novas Ltda. ("MBCM"), que tinha por objeto social a fabricação de doces em geral, principalmente o produto denominado "O Melhor Bolo de Chocolate do Mundo". Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia, por meio do Protocolo e Justificação de Incorporação e pela deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, resolveu incorporar essa controlada visando a união das atividades operacionais desenvolvidas pelas duas sociedades com o intuito de promover a simplificação operacional, no melhor aproveitamento das sinergias e na redução de custos e gastos, com otimização da estrutura industrial e administrativa hoje existente. Por este motivo, a demonstração do resultado e a demonstração do fluxo de caixa consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são parte integrante destas demonstrações financeiras. O valor do acervo líquido negativo na data-base de 30 de novembro de 2011, transferido e incorporado em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 88.

(b) Incorporação reversa da MCN Participações Ltda. - A CPQ tinha como acionistas a MCN Participações e Empreendimentos Ltda. ("MCN") e o Banco Standard de Investimentos S.A. na proporção de participação em seu capital de 50% cada. Em 15 de agosto de 2012, a MCN Participações Ltda. adquiriu do Banco Standard de Investimentos S.A. a participação societária que esta empresa detinha na CPQ Brasil S.A. (Nota 19.1). Por meio de Protocolo e Justificação de Incorporação datado em 30 de setembro de 2012, a MCN Participações e Empreendimentos Ltda. foi extinta, transferindo seus ativos e passivos para a CPQ Brasil S.A., que procedeu a incorporação reversa desta Companhia nesta mesma data. O valor do acervo líquido na data-base de 31 de agosto de 2012 era de R\$ 38.571, composto da seguinte forma:

Ativo	Passivo
Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos
1.358	73.665
	Obrigações fiscais
	76
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de capital	
30.800	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Acervo líquido incorporado
11.417	(30.166)
42.217	
43.575	43.575

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 09 - "Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial", em casos de reestruturações societárias que resultem em incorporações, o ágio deve ser mantido apenas na adquirente original que, na essência, detém os recursos ou a capacidade de aquisição. Nos demais casos, o saldo do ágio deve ser integralmente baixado no momento da incorporação, por meio de provisão diretamente contra o patrimônio líquido, na entidade incorporada, com o reconhecimento de ativos fiscais, quando aplicável. Desta forma, o ágio pago pela MCN nesta operação, no montante de R\$ 33.578, foi integralmente provisionado, tendo sido registrado na Companhia o imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 11.417.

2. Base de preparação - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3. Principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação - Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia.

(b) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (Nota 5), determinações de provisões para imposto de renda e utilização de prejuízos fiscais (Nota 9), vida útil do ativo imobilizado (Nota 3(j)), estimativa do valor de recuperação de ativos intangíveis (Nota 12), provisões para contingências (Nota 17), provisão para devedores duvidosos (Nota 7) e provisão para perda nos estoques (Nota 8). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

(c) Base de consolidação - (i) Controlada - As demonstrações financeiras de controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Em 2012 não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em virtude da controlada Confeitaria Estrelas Novas Ltda. ter sido incorporada em dezembro de 2011. Por este mesmo motivo, em 2011 estão sendo apresentadas somente as demonstrações consolidadas do resultado e do fluxo de caixa. **(ii) Descrição dos principais procedimentos de consolidação** - O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações: - Eliminação das perdas registradas por equivalência patrimonial da controlada. - Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas. - Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas. **(d) Transações em moeda estrangeira** - Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. A Companhia não possuía operações denominadas em moeda estrangeira nos exercícios ora apresentados. **(e) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **(ii) Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(iii) Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(iv) Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(v) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não possuía operação com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados, incluindo operações de hedge. **(f) Capital social** - As ações ordinárias são classificadas como capital social, no patrimônio líquido. **(g) Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **(h) Estoques** - Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor de mercado. A Companhia adota a política de realizar provisões e baixas de estoques por questões de obsolescência, demanda e outros fatores econômicos. **(i) Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(j) Depreciação** - As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos foram avaliadas por empresa especializada e independente e revisada pela Companhia e são apresentadas a seguir:

Vida útil estimada	Edificações	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática
42 anos							
10 anos							
10 a 17 anos							
10 anos							
8 a 17 anos							
38,04% - taxa média							
5 anos							

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	2012	Controladora	2011
Receita líquida (Nota 20)	63.905	57.857	59.478
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(29.000)	(29.651)	(29.992)
Lucro bruto (Despesas) outras receitas operacionais	34.905	28.206	29.486
Vendas (Nota 21)	(10.670)	(8.886)	(10.109)
Administrativas e gerais (Nota 21)	(13.039)	(8.827)	(9.180)
Outras receitas operacionais - líquidas (Nota 22)	1.454	1.750	1.690
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e tributos	12.650	12.243	11.887
Receitas financeiras	1.458	1.519	1.525
Despesas financeiras	(6.641)	(6.494)	(6.628)
Receitas e despesas financeiras, líquidas (Nota 23)	(5.183)	(4.975)	(5.103)
Equivalência patrimonial (Nota 10)		(570)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	7.467	6.698	6.784
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)			(86)
Correntes			(86)
Diferidos	(2.874)	(2.472)	(2.472)
Lucro líquido do exercício	4.593	4.226	4.226
Lucro líquido por ação - básico e diluído			0,37

Não houve resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto, a "Demonstração do resultado abrangente" não está sendo apresentada.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2012	Controladora	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.467	6.698	6.784
Ajustes			
Depreciação e amortização	2.293	1.726	1.763
Equivalência patrimonial		570	
Despesas financeiras e outras provisões	3.595	6.380	6.382
Resultado na venda de ativo imobilizado	336	100	173
	13.691	15.474	15.102
Variações nos ativos e passivos			
Aplicações financeiras	(2.232)	5.576	5.576
Contas a receber	(465)	(804)	(773)
Outros créditos	284	(2.497)	(2.347)
Estoques	(181)	(71)	(11)
Fornecedores e outras contas a pagar	(376)	(467)	(570)
Férias, encargos e bônus a funcionários	259	211	140
Impostos a recolher	48	(26)	(60)
Caixa gerado nas operações	11.028	17.386	17.057
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(6.179)	(6.253)	(6.253)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	(19)		(68)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.830	11.143	10.736
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Caixa decorrente de incorporação de empresas	1.366	109	
Aquisição de ativo imobilizado	(1.694)	(897)	(964)
Aquisição de ativo intangível	(176)	(133)	(133)
Recebimento por venda de ativo imobilizado			61
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(504)	(921)	(1.036)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de financiamentos - principal	(36.083)	(9.167)	(9.167)
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.800		391
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(5.283)	(9.167)	(8.776)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(957)	1.055	924
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	2.800	1.745	1.876
No fim do exercício	1.843	2.800	2.800
	(957)	1.055	924
Transações que não envolveram caixa			
Ativos incorporados, exceto caixa e equivalentes de caixa	30.800	319	
Passivos incorporados	73.741	516	

A Companhia entende que as vidas úteis utilizadas representam os períodos nos quais os ativos contribuirão para a geração de receita. O julgamento da Companhia para a determinação na manutenção das vidas úteis e valores depreciáveis está baseada no conhecimento da diretoria da Companhia nas operações e no mercado onde atua. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **(k) Ativos arrendados** - Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **Determinando se um contrato contém um arrendamento** - No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso transfira o direito a Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes, baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. **(l) Ativos intangíveis** - O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis (Nota 12). **Outros ativos intangíveis** - Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(m) Redução ao valor recuperável (impairment) - (i) Impairment de ativos financeiros** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor **continua...**

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)

recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas relacionadas às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. (ii) **Ativos não financeiros** - A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. (n) **Benefícios a empregados** - A Companhia não mantém para seus colaboradores planos de contribuição e benefícios definitivos, porém disponibiliza aos seus colaboradores como benefício um plano de participação nos lucros. Os colaboradores têm direito a participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os gestores com base em objetivos específicos e acordados entre as partes. O montante da participação é reconhecido no resultado do período. Os programas são aprovados pela diretoria e, quando aplicável constam dos acordos firmados com entidades sindicais competentes. (o) **Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. (p) **Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita: (i) pode ser mensurado com segurança; (ii) é possível que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e; (iii) quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir: (i) **Venda de produtos** - As vendas de produtos são reconhecidas sempre que seja efetuada a entrega de produtos para os clientes e tenha-se evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. (ii) **Venda de serviços** - A Companhia cobra de seus franqueados taxas de *royalties* e fundo de *marketing* com base no faturamento informado pelas franquias. Para o ingresso de novas lojas na Companhia é efetuado a cobrança de uma taxa de franquia, reconhecidas de acordo com os critérios estabelecidos em contrato firmado entre as partes. (q) **Receitas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, as receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. (r) **Imposto de renda e contribuição social** - (i) **Corrente** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. (ii) **Diferido** - Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração. (s) **Resultado por ação** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia e o número de ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41. (t) **Reclassificação das cifras comparativas** - Visando melhorar a qualidade da apresentação de suas demonstrações financeiras, a companhia reclassificou o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos de 31 de dezembro de 2011 do passivo para o ativo, no valor de R\$ 7.830, os quais passaram a ser apresentados de forma líquida nestas demonstrações financeiras. Por entender que esta reclassificação não altera de forma significativa a análise destas demonstrações financeiras, a administração optou por não reapresentar os saldos de abertura de 2011.

4. **Gerenciamento de riscos financeiros** - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações: · Risco de crédito. · Risco de liquidez. · Risco operacional. A Companhia está apresentando as informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital na Nota 05. **Estrutura do gerenciamento de risco** - A diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **5. Instrumentos financeiros** - Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. (a) **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. **Exposição a risco de créditos** - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:

	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 6)	7.373	5.007
Contas a receber de clientes (Nota 7)	6.184	5.746
	13.557	10.753

· Caixa e equivalentes de caixa - a política de gestão de risco determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia, tanto com terceiros, como com seus acionistas. A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo, e com liquidez. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha e aplicações em títulos de renda fixa. · Contas a receber de clientes - a exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A pulverização de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes (100% franqueados ou licenciados), assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites

	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Debêntures	71.199	187		3.542	67.470
Fornecedores	3.490	3.490			
Outras contas a pagar	3.984	3.863		121	67.470
	78.673	7.540		3.663	67.470
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	5.271	21		5.250	
Debêntures	30.939	5.053	5.053	10.000	10.833
Fornecedores	3.038	3.038			
Outras contas a pagar	3.587	3.587			
	42.835	11.699	5.053	15.250	10.833

(c) **Risco de fluxo de caixa** - O caixa aplicado da Companhia tem rendimento indexado a percentuais do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado. Para o passivo, o risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures também indexados ao CDI. O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política da Companhia acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava uma exposição líquida passiva, composta pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, deduzido de financiamentos e empréstimos e debêntures, de R\$ 64.884. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil, com data-base em 31 de dezembro de 2012, indicava, uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 8,40% em um cenário provável, ante a taxa efetiva de 9,69% verificada no ano de 2011.

	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2011 - %	11,70	11,70	11,70
Dívida líquida	62.896	62.896	62.896
Taxa anual estimada do CDI - %	9,69	12,10	14,54
Efeito no instrumento financeiro		1.302	2.582
Incremento de juros			

Em 22 de novembro de 2012 a Companhia emitiu debêntures no valor de R\$ 73.000 com carência de dois anos. Neste período de carência a Companhia deverá constituir uma reserva de recursos para o pagamento do valor principal. Para o ano de 2015 a Companhia projeta uma relação de dívida líquida/EBITDA de 2,32. Este patamar de endividamento permitirá à Companhia recorrer a novos empréstimos de longo prazo com instituições financeiras ou emissões de novos títulos de dívida para o refinanciamento e gerenciamento contínuo do seu endividamento. A projeção feita pela própria área de crédito da instituição financeira responsável pela estruturação das debêntures já considerava o refinanciamento da companhia dentro dos limites de *covenants* estabelecidos na escritura das debêntures. (d) **Gestão de capital** - A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como a dívida líquida dividida pelo EBITDA total, acompanhando o limite dos *covenants* de cada exercício estabelecidos na escritura das debêntures. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumarizados: A dívida da Companhia para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir.

	2012	2011
Total dos empréstimos	71.199	36.210
(-) Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(8.463)	(7.188)
Dívida líquida (A)	62.736	29.022
EBITDA	14.943	13.969
Despesas não recorrentes	1.755	
EBITDA Ajustado (B)	16.698	
(=) Relação dívida líquida sobre capital em 31 de dezembro (A/B) - %	3,77	2,08

Em 2012, o EBITDA foi ajustado com o valor de R\$ 1.755, decorrente de despesas não recorrentes, conforme estabelecido na escritura das debêntures. O aumento do índice de alavancagem financeira decorre do endividamento assumido pela Companhia para viabilizar a aquisição das ações por parte da MCN (Nota 1). A reconciliação do EBITDA para os exercícios apresentados é como segue:

	2012	2011
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e tributos	12.650	12.243
Depreciação e amortização do ativo imobilizado	1.778	1.629
Amortização do intangível	515	97
	14.943	13.969

(e) **Valor justo** - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos nesta nota de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos valores contábeis nas datas dos balanços apresentados. (f) **Hierarquia do valor justo** - Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo. Os ativos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: (i) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e

individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do contas a receber. A Companhia não possui histórico de perdas relevantes em seu contas a receber e, em 31 de dezembro de 2012 cerca de 96% dos títulos encontravam-se a vencer (97% em 31 de dezembro de 2011). Apesar de haver uma reduzida parcela de saldos vencidos a Companhia constitui provisão para devedores duvidosos. (b) **Risco de liquidez** - É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2012	2011
Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no Nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo. (iii) Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Todos os instrumentos financeiros estão classificados no Nível 2 de hierarquia de valor justo. 6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - (a) Caixa e equivalentes de caixa		
	2012	2011
Caixa	20	20
Bancos		
Banco Itaú S.A.	784	931
Banco Santander S.A.	58	44
Banco Caixa Econômica Federal	10	
Aplicações financeiras		
Banco Caixa Econômica Federal	971	
Banco Votorantim		60
Banco Standard S.A.		1.745
	1.843	2.800

passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração. (ii) Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no Nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo. (iii) Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Todos os instrumentos financeiros estão classificados no Nível 2 de hierarquia de valor justo. **6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - (a) Caixa e equivalentes de caixa**

As aplicações financeiras de curto prazo classificadas em caixa e equivalentes de caixa, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxa de 102,00% (102,50% em 31 de dezembro de 2011) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	2012	2011
(b) Aplicações financeiras		
Banco Itaú S.A.	2.340	2.207
Banco Santander	1.974	
Banco Caixa Econômica Federal	1.216	
	5.530	2.207

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas à taxa de 102,00% (102,50% em 31 de dezembro de 2011) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	2012	2011
7. Contas a receber de clientes		
Duplicatas a receber	6.251	5.786
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(67)	(40)
	6.184	5.746

O *aging list* das duplicatas a receber está assim composto:

	2012	2011
A vencer	5.982	5.604
Vencidos até 30 dias	171	122
Vencidos até 60 dias	16	
Vencidos até 90 dias	11	23
Vencidos até 180 dias	30	11
Vencidos há mais de 180 dias	41	25
	6.251	5.786

	2012	2011
8. Estoques		
Produtos acabados	1.092	840
Produtos para revenda	817	775
Matérias-primas	1.212	1.151
Produtos em elaboração	6	9
Adiantamentos a fornecedores		171
Provisão para perdas		(2)
	3.127	2.944

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. Os tributos diferidos ativos estão compostos como segue:

	2012	2011
Tributos com exigibilidade suspensa	760	750
Crédito fiscal de ágio decorrente de incorporação reversa	18.052	10.423
Prejuízo fiscal	2.423	1.378
Base negativa	888	585
Ajuste depreciação - CPC 27	(666)	(237)
Outras provisões	85	332
	21.542	13.231

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa é de dez anos. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado da controladora é demonstrada como segue:

	2012	2011
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	7.467	6.698
Alíquota fiscal combinada - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas	2.539	2.277
Adições permanentes		
Despesas não dedutíveis	587	478
Exclusões permanentes		
Outras receitas isentas de impostos	(252)	(283)
Imposto de renda e contribuição social no resultado (diferidos)	2.874	2.472
Alíquota efetiva - %	38	37

10. Investimentos - A Companhia registrou uma perda de equivalência patrimonial em 2011 de R\$ 570, proveniente de sua controlada integral Confeitaria Estrelas Novas Ltda. (MBCM). O resultado desta controlada em 2011, incorporada em 31 de dezembro de 2011, foi um prejuízo de R\$ 570.

11. Imobilizado

	Edificações	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Outros	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.929	824	7.729	396	638	216	502	319	15.593
Aquisição	20	51	389	101	45	84	117	90	897
Alienação			(8)	(10)	(99)	(3)	(20)		(140)
Incorporação MBCM (Nota 1)		36	15	53		8	43		155
Transferências	120	23	26	3	43		192	(407)	
Depreciação/amortização	(139)	(174)	(956)	(67)	(85)	(87)	(121)		(1.629)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.930	760	7.195	476	542	218	713	2	14.836
Custo total	7.348	1.874	17.647	1.088	1.105	1.172	1.054	2	31.290
Depreciação acumulada	(2.418)	(1.114)	(10.452)	(612)	(563)	(954)	(341)		(16.454)
Valor residual	4.930	760	7.195	476	542	218	713	2	14.836
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.930	760	7.195	476	542	218	713	2	14.836
Aquisição	7	77	645	107	129	144		585	1.694
Alienação				(1)	(22)	(1)	(12)		(36)
Transferências	159	152	20	14	227			(572)	
Depreciação/amortização	(153)	(186)	(999)	(80)	(64)	(89)	(207)		(1.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.943	803	6.861	516	812	272	494	15	14.716
Custo total	7.515	2.102	18.253	1.208	1.203	1.187	1.007	15	32.490
Depreciação acumulada	(2.572)	(1.299)	(11.392)	(692)	(391)	(915)	(513)		(17.774)
Valor residual	4.943	803	6.861	516	812	272	494	15	14.716

continua...

...Continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas CPQ Brasil S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da CPQ Brasil S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa

auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria

inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPQ Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

BRADSEG PROMOTORA DE VENDAS S.A.

CNPJ 10.428.992/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis da Bradseg Promotora de Vendas S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, na forma da Legislação Societária e dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Informamos que as demonstrações contábeis completas acompanhadas do relatório dos auditores encontram-se à disposição de V.Sas. na sede da Companhia.

Cidade de Deus-SP, 28 de março de 2013

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011		2012	2011
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	7.235	5.838	CIRCULANTE	962	855
Disponível	13	8	Contas a pagar	962	855
Caixa e bancos	13	8	Obrigações a pagar	627	351
Aplicações	3.800	3.976	Impostos e encargos sociais a recolher	181	142
Títulos e créditos a receber	3.422	1.854	Impostos e contribuições	154	362
Títulos e créditos a receber	2.861	1.655	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.274	4.984
Créditos tributários e previdenciários	561	199	Capital social	3.690	3.690
NÃO CIRCULANTE	1	1	Reservas de lucros	2.584	1.294
Realizável a longo prazo	1	1	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.236	5.839
Títulos e créditos a receber	1	1			
Créditos tributários e previdenciários	1	1			
TOTAL DO ATIVO	7.236	5.839			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

Discriminação	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	101	17	245	-	363
Aumento de capital - AGE de 06.04.2011	89	-	(89)	-	-
Aumento de capital - AGE de 31.08.2011	3.500	-	-	-	3.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.470	1.470
Destinação do lucro líquido	-	74	1.047	(1.121)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(349)	(349)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.690	91	1.203	-	4.984
Lucro líquido de exercício	-	-	-	1.692	1.692
Destinação do lucro líquido	-	84	1.206	(1.290)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(402)	(402)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.690	175	2.409	-	6.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradseg Promotora de Vendas S.A. (Sociedade) é uma sociedade por ações regidas por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicáveis, e pode, para a consecução de seus fins, instalar ou suprimir filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior, a critério da Diretoria, observados os preceitos legais.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do controlador final Banco Bradesco S.A. em 14 de março de 2013.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis

emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, alteradas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, bem como os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em 2012, a Companhia optou por apresentar as demonstrações dos fluxos de caixa (DFC) pelo método indireto. Para fins de comparabilidade, o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está sendo apresentado pelo método indireto.

A DIRETORIA

Alberto Barcellos Miranda

Contador - CRC - 1RJ094195/O-2 S SP

Andrade & Latorre Participações S/A

CNPJ/MF nº 50.931.237/0001-64

Relatório da Diretoria

Prezados Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter ao vosso exame e deliberação o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2.012. Jundiaí, 18 de Fevereiro de 2.013.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2012 (Valores em Reais, desprezados os centavos)		
	2012	2011
Ativo	2.012	2.011
Circulante	114.262.939	106.633.713
Caixa e Equivalente de Caixa	101.444.371	93.794.852
Valores a Receber	11.165.808	10.869.224
Impostos a Recuperar	1.649.457	1.961.786
Despesas Exercício Seguinte	3.303	7.851
Não Circulante	261.375.736	243.440.038
Realizável a Longo Prazo	1.746.690	4.489.363
Investimentos	252.330.124	231.335.468
Imobilizado	7.237.986	7.573.910
Intangível	60.936	41.297
Total do Ativo	375.638.676	350.073.750
Passivo	2.012	2.011
Circulante	1.023.934	2.778.777
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	432.144	523.688
Impostos	168.674	354.597
Juros s/Capital e Dividendos a Pagar	383.073	1.711.780
Outras Obrigações	-	19.548
Contas a Pagar	40.042	169.164
Patrimônio Líquido	374.614.741	347.294.973
Capital Social	200.000.000	150.000.000
Reservas de Capital	1.552.408	1.552.408
Reserva Legal	20.509.138	18.545.976
Reservas de Lucros	152.553.195	177.196.589
Total do Passivo	375.638.676	350.073.750

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2.012
I. Contexto Operacional: A sociedade Andrade & Latorre Participações S.A. foi constituída em 01/10/1935, e transformada em S.A. em 19/06/1952, estabelecida à Av. Antonieta Piva Barranqueiros, 1040, Jundiaí/SP. Tem por objetivo a participação em outras sociedades ou entidades, seja no país ou exterior, assim como participação em empreendimento de administração e locação de bens próprios. **II. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** 1) Estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com a Lei 6.404/76 alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, abrangendo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e aprovados pelo CFC. As demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e considera o valor justo das contraprestações pagas em troca de ativo, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. 2) Principais práticas contábeis: Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis com prazo inferior a 360 dias são apresentados como circulantes; a) Caixa e Equivalente de Caixa compreendem aos saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicação com prazo de resgate de até 360 dias. As aplicações em instrumentos financeiros são registradas: a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas a negociações ou disponíveis para venda; e, b) pelo valor de custo de aquisição ou emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor de provável realização, quando este for inferior, no caso de serem mantidas até o vencimento. 3) No uso de estimativas e julgamentos a sociedade julgou não haver evidências, internas e externas, que justifiquem a adoção de impairment (redução) de seus ativos. 4) Realizável ao Longo Prazo esta constituída por: a) por depósito recursal R\$ 1.718.250, b) emprésti-

mo compulsório eletrônico R\$ 28.438, e estão registrados pelo custo. 5) Permanente estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação com base no cálculo linear. 6) Investimentos: Os não relevantes são registrados ao custo de aquisição, os relevantes em Sociedades Controladas pelo método de Equivalência Patrimonial: Sociedades, Agrop. Guapiara Ltda, Cap. R\$37.392.000, P.L. R\$59.815.799, Partic. 99,99%, Uniprudential S/A, Cap. R\$5.505.256, P.L. R\$7.226.725, Partic. 100%, Maxishop Adm. Partic. S/A, Cap. R\$40.000.000, P.L. R\$89.349.880, Partic. 40,56%, Ecofabril Ind. e Com. Ltda, Cap. R\$40.000.000, P.L. R\$54.815.081, Partic. 68,50%, S/A Fabril Scavone, Cap. R\$17.578.291, P.L. R\$24.017.752, Partic. 59,29%, IALTA Partic. S/A, Cap. R\$6.804.302, P.L. R\$14.439.781, Partic. 56,83%, União Fosforeira Ltda, Cap. R\$500.000, P.L. R\$7.064.193, Partic. 50%, Coml. Fósforos São Luis Ltda, Cap. R\$200.000, P.L. R\$ 8.540.491, Partic. 99,70%, Coml. Fósforos Santo Antonio Ltda, Cap. R\$ 200.000, P.L. R\$5.471.380, Partic. 99,70%, São Marino Com. Fibras Têxteis Ltda, Cap. R\$200.000, P.L. R\$8.683.344, Partic. 68,50%; São Conrado Com. de Fibras Têxteis Ltda; Cap. R\$200.000; P.L. R\$3.773.284, Partic. 68,50%; Lafit Adm. Partic. Ltda, Cap. R\$1.000.000, P.L. R\$384.709, Partic. 86,95%. 7) Não há proposta p/distribuição de dividendos, em face de que já foram creditados, a título de Juros Remuneratórios do Capital, e distribuídos Dividendos, importâncias superiores ao dividendo estatutário mínimo. 8) Capital Social subscrito e integralizado é representado por 1.955.203 ações ordinárias sem valor nominal.

Demonstração dos Resultados do Exercício		
	2012	2011
Receitas Operacionais	2.012	2.011
Aluguéis	4.943.810	4.468.424
Juros Remuneratórios s/Capital	-	1.918.000
Equivalências Patrimoniais	40.640.325	56.298.276
Desp./Outras Rec. Operacionais - Desp. Financ.	(40.701)	(7.349)
Despesas Gerais e Administrativas	(10.772.086)	(8.631.963)
Juros Remuneratórios s/Capital	(4.027.718)	(10.069.296)
Part. Empr/Adm. n/Result. da Empresa	(74.808)	(366.160)
Receitas Financeiras	8.978.203	10.790.223
Outras Despesas Operacionais	(648.754)	-
Outras Receitas Operacionais	264.982	414.399
Lucro Líquido Operacional	39.263.253	54.814.555
Resultados não Operacionais	-	(65.978)
Lucro antes dos Impostos	39.263.253	54.748.577
Lucro Líquido do Exercício	39.263.253	54.748.577
Lucro por Ação	20,08	28,00

Demonstração do Fluxo de Caixa		
	2012	2011
Atividades Operacionais	2.012	2.011
Lucro Líquido	39.263.253	54.748.577
Depreciações e Amortizações	1.257.069	1.328.707
Soma	40.520.322	56.077.284
Varição nos Ativos e Passivos	(296.584)	316.877
Aumento Valores a Receber	(296.584)	316.877
Diminuição Impostos a Recuperar e Outros Créditos	(277.466)	(148.670)
Diminuição Obrigações Tributárias/Trabalhistas e Sociais	(148.670)	(148.670)
Diminuição Outros Passivos	(148.670)	(148.670)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	40.114.479	54.814.479
Atividades de Investimentos	2.742.674	2.742.674
Diminuição Dep. p/Recursos e Outros Créditos	(2.742.674)	(2.742.674)
Aumento Investimentos	(21.642.950)	(21.642.950)
Aumento Imobilizado e Diferido	(292.491)	(292.491)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(19.192.767)	(19.192.767)
Atividades de Financiamento	(11.943.485)	(1.328.707)
Pagamento de Dividendos	(11.943.485)	(1.328.707)
Diminuição de Juros s/Capital Próprio	(1.328.707)	(1.328.707)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	(13.272.191)	(13.272.191)
Aumento Líquido das Disponibilidades	7.649.520	7.649.520
No Início do Período	93.794.852	93.794.852
No Final do Período	101.444.371	101.444.371
Varição na Disponibilidade	7.649.520	7.649.520

A Diretoria Clovis Ribeiro - CRC:1SP214313/O-6